



Informativo TSE

Informativo TSE – Ano IX – Nº 1 Brasília, 29 de janeiro a 4 de fevereiro de 2007

SESSÃO ORDINÁRIA

Agravo regimental. Agravo de instrumento. Eleições 2002. Crime eleitoral. Art. 39, § 5º, inciso II, da Lei nº 9.504/97 (redação anterior). Distribuição. Santinhos. Adesivos. Decisão. TRE. Delito. Mera conduta. Consumação. Distribuição. Propaganda eleitoral. Acervo probatório. Permissão. Juízo condenatório. Interposição. Recurso especial. Alegações. Parte processual. Exclusividade. Posse. Momento. Apreensão. Propaganda. Fragilidade. Prova testemunhal. Negativa de seguimento. Reexame de prova. Ausência. Dissídio jurisprudencial. Fundamentos da decisão não afastados.

Agravo regimental que não infirma os fundamentos da decisão impugnada. O acórdão recorrido afirmou que a autoria do delito ficou evidenciada através de depoimentos prestados pelas testemunhas, inclusive quanto à distribuição de panfletos no dia das eleições. Eventual conclusão em sentido contrário demandaria o reexame de fatos e provas da causa, o que é vedado em sede de recurso especial (súmulas nºs 279/STF e 7/STJ). Quanto à questão de imparcialidade de testemunha, não consta no acórdão regional a contradita dessa testemunha no momento oportuno. Ainda falta o necessário prequestionamento. O prequestionamento constitui requisito específico de admissibilidade do recurso especial e pressupõe que a matéria veiculada nas razões recursais tenha sido objeto de debate e decisão prévios pelo órgão colegiado. No caso de omissão, seja o Tribunal instado a manifestar-se por meio dos embargos de declaração. Para a caracterização do dissídio jurisprudencial, exige-se a realização do cotejo analítico de modo a evidenciar a similitude fática das hipóteses. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 6.272/RS, rel. Min. Gerardo Grossi, em 19.12.2006.

Agravo de instrumento. Recurso especial. Captação ilícita de sufrágio. Não-comprovação. Insuficiência. Conjunto probatório. Reexame de provas. Impossibilidade. Omissão. Não-ocorrência. Seguimento negado. Agravo regimental.

Afirmada a fragilidade das provas e a não-comprovação da captação ilícita de sufrágio (art. 41-A da Lei nº 9.504/97) pela Corte Regional, para a reforma do julgado, é necessário se empreender exame aprofundado do conjunto probatório, o que é vedado na via do recurso especial. Havendo manifestação no acórdão, não se verifica a omissão apontada. Fundamentos da decisão não infirmados. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 6.292/SP, rel. Min. Gerardo Grossi, em 19.12.2006.

Agravo de instrumento. Recurso especial. Propaganda eleitoral irregular. Responsabilidade e prévio conhecimento. Ausência. Reexame de provas. Seguimento negado. Agravo regimental.

Para a imposição de multa por propaganda eleitoral irregular, é necessário que esteja comprovada a responsabilidade ou o

prévio conhecimento do beneficiário. Não comprovado o descumprimento do prazo de vinte e quatro horas para a retirada da propaganda, em razão de irregularidade no termo de constatação, e diante de sua efetiva retirada, correta a solução de improcedência do feito. Não se pode afirmar a responsabilidade do beneficiário da propaganda irregular quando não há nenhuma assertiva a esse respeito e o tema não foi debatido no acórdão recorrido. Na instância especial, exige-se o prequestionamento da matéria, não sendo possível o mero reexame de prova. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 6.722/SP, rel. Min. Gerardo Grossi, em 19.12.2006.

Agravo regimental. Negativa de seguimento. Agravo de instrumento. Defeito de formação. Art. 2º da Res.-TSE nº 21.477/2003. Fundamento não infirmado.

É inviável o conhecimento do agravo de instrumento formado sem a cópia da certidão de publicação do acórdão regional, que se destina a comprovar a tempestividade do recurso especial. É necessário que os fundamentos da decisão agravada sejam especificamente infirmados, sob pena de subsistirem suas conclusões. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 6.802/PR, rel. Min. Gerardo Grossi, em 19.12.2006.

Agravo regimental. Agravo de instrumento. Recurso especial. Captação de sufrágio. Abuso do poder. Não-comprovação. Fragilidade das provas. Princípio do livre convencimento motivado. Reexame probatório. Inviabilidade.

Se a Corte Regional concluir pela ausência de comprovação da captação de sufrágio e do abuso do poder, em face da fragilidade e inconsistência das provas, não há como mudar tal entendimento sem o reexame do conjunto fático-probatório, o que é inviável em sede de recurso especial. O princípio do livre convencimento motivado autoriza o julgador a decidir o feito pela sua livre convicção, desde que devidamente fundamentada. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 7.093/MA, rel. Min. Gerardo Grossi, em 19.12.2006.

Agravo regimental. Agravo de instrumento. Peça de traslado obrigatório. Ausência. Decisão agravada. Formação do agravo. Fiscalização. Ônus do agravante.

A cópia da decisão agravada é peça obrigatória na formação do agravo de instrumento, a teor dos arts. 544, § 1º, do CPC e 3º da Res.-TSE nº 21.477/2003. O ônus de fiscalizar a formação desse apelo é do agravante, competindo-lhe verificar se constam todas as peças obrigatórias ou de caráter essencial, não sendo admitida nem sequer a conversão do feito em diligência para

complementação do traslado. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 7.096/MG, rel. Min. Gerardo Grossi, em 19.12.2006.

Agravo regimental. Liminar concedida. Revogação.

A liminar revogada determinava a produção dos efeitos do acórdão proferido nos autos do Recurso Ordinário nº 1.263. Tal *decisum* conflitava com decisão exarada pelo ministro presidente na Reclamação nº 449, a qual determinou que os efeitos do acórdão no RO nº 1.263 devessem esperar o julgamento de embargos de declaração opostos pelo *Parquet*. Decisão que se mantém pelos próprios fundamentos. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Mandado de Segurança nº 3.568/GO, rel. Min. José Delgado, em 19.12.2006.

Agravo regimental. Recurso especial. Provimento. Multa afastada. Deputado federal. Mensagem de felicitações. Outdoor. Propaganda eleitoral. Descaracterização. Promoção pessoal. Reavaliação da prova. Possibilidade.

Não caracteriza propaganda eleitoral a veiculação de mensagem de felicitações pela passagem de ano, divulgada por meio de *outdoor*, contendo o nome de deputado, sem menção à sua atuação política, sua pretensão ao pleito futuro, ou propagação de princípios ou ideologias de natureza política. Ato de promoção pessoal não se confunde com propaganda eleitoral antecipada. É possível a reavaliação da prova, em sede extraordinária, quando as premissas fáticas estiverem bem delineadas na decisão recorrida. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 25.961/PB, rel. Min. Gerardo Grossi, em 19.12.2006.

Agravo regimental. Recurso especial intempestivo. Manutenção da decisão agravada.

Conforme restou consignado na decisão ora atacada, o recurso especial da Coligação Amapá Forte é manifestamente intempestivo. Tal fato é incontroverso. Na verdade, sob o artifício de se tratar de matéria de ordem pública, busca a agravante afastar a intempestividade de seu recurso especial, além de intentar o conhecimento de apelo de outro interessado, cuja desistência foi homologada com a anuência da parte contrária. Tendo a Coligação Amapá Forte interposto a destempestivo seu apelo especial, não lhe cabe beneficiar-se de recurso manejado por parte diversa, que veio a perder o interesse em sua continuidade. Aplicação do brocardo segundo o qual a ninguém é lícito alegar em seu benefício a própria torpeza. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Recurso Ordinário nº 1.356/AP, rel. Min. José Delgado, em 19.12.2006.

Embargos de declaração. Agravo regimental. Agravo de instrumento. Ação de impugnação de mandato eletivo. Provas. Insuficiência. Improcedência. Recurso especial. Dissídio. Não-caracterização. Omissão. Contradição. Inexistência. Rejulgamento da causa. Impossibilidade.

Para a configuração do dissídio, é imprescindível, além da realização do confronto analítico, que haja similitude fática entre os precedentes colacionados e a hipótese tratada nos autos. Os embargos declaratórios não se prestam para provocar o

reajulgamento da causa, senão para afastar do julgado contradição, omissão ou obscuridade, o que não se verifica na espécie. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento aos embargos de declaração. Unânime.

Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 6.957/SC, rel. Min. Caputo Bastos, em 19.12.2006.

Embargos de declaração. Recurso especial. Ausência de vícios no acórdão embargado. Pretensão de revolvimento de matéria de mérito.

O acórdão embargado foi claro ao enfrentar a questão da quebra de sigilo bancário, considerado ponto não essencial à elucidação da lide. O transporte de eleitores, condicionados a responder, se questionados, que a viagem à localidade de Ipecaetá/BA era uma excursão, foi preponderante para se alcançar o entendimento da compra de votos. A alegada violação da coisa julgada e a impossibilidade de os embargantes terem se insurgido contra este fato antes de sua ocorrência são temas não prequestionados. Nas razões do voto condutor do aresto embargado, não houve declaração de ausência de interesse processual dos ora embargantes. É nítido o interesse dos embargantes em reverter, pela via dos aclaratórios, o julgado a eles desfavorável. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento aos embargos de declaração. Unânime.

Embargos de Declaração no Recurso Especial Eleitoral nº 25.937/BA, rel. Min. José Delgado, em 19.12.2006.

Embargos declaratórios. Recurso especial. Denúncia. Art. 299 do Código Eleitoral. Ausência de vícios no acórdão embargado. Pretensão de revolvimento de matéria de mérito. Impossibilidade.

Os dispositivos apontados no recurso especial não foram apreciados ante o não-conhecimento do apelo extremo, em razão da aplicação da Súmula-STJ nº 7. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento aos embargos de declaração. Unânime.

Embargos de Declaração no Recurso Especial Eleitoral nº 26.110/PI, rel. Min. José Delgado, em 19.12.2006.

Eleições 2006. Candidato a deputado estadual. Registro de candidatura indeferido. Condição de elegibilidade. Ausência de comprovação de escolaridade. TRE. Inobservância. Art. 32 da Res.-TSE nº 22.156/2006. Documento juntado nos embargos. Possibilidade.

A jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral é pacífica no sentido de permitir a juntada de documentos comprobatórios ao tempo dos embargos declaratórios. O prazo final para o julgamento dos registros de candidatura pelas cortes regionais (Res. nº 22.249/2006) não é óbice para que não se cumpra o disposto no art. 32 da Res.-TSE nº 22.156/2006, que determina a conversão do julgamento em diligência para que o vício seja sanado. Em função da não-observância do disposto no art. 32 da Res.-TSE nº 22.156/2006, é de serem os autos encaminhados ao TRE/AM para que, à luz da jurisprudência do TSE, aprecie os embargos de declaração e examine os documentos juntados quando da sua interposição. Nesse entendimento, o Tribunal deu provimento ao recurso. Unânime.

Recurso Especial Eleitoral nº 27.349/AM, rel. Min. Carlos Ayres Britto, em 19.12.2006.

Recurso em habeas corpus. Oitiva como testemunha em inquérito policial. Ausência de constrangimento ilegal. Trancamento do procedimento inquisitorial. Descabimento.

O trancamento de inquérito policial se justifica pela via excepcional do *habeas corpus* quando patente a impossibilidade

de o indiciado figurar como autor do delito verificado ou se inequívoca a atipicidade da conduta. No caso dos autos, a Corte Regional denegou a ordem impetrada, por entender que não há constrangimento ilegal na mera oitiva da paciente, intimada para depor como testemunha na fase inquisitorial de apuração de crime eleitoral. Compulsando os autos, em nenhum momento se verifica o indiciamento da recorrente. Prevalece, nessa linha, a conclusão

posta no acórdão, não combatida por embargos declaratórios, de que não há qualquer constrangimento ilegal em se ouvir a impetrante como testemunha no inquérito policial. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao recurso. Unânime.

Recurso em Habeas Corpus nº 103/RJ, rel. Min. José Delgado, em 1º.2.2007.

SESSÃO ADMINISTRATIVA

Partido político. PPS. Pedido. Registro. Alterações. Estatuto. Deferimento.

Atendidas as formalidades normativas, deve-se deferir o pedido de registro das alterações promovidas no estatuto do

partido. Nesse entendimento, o Tribunal deferiu o pedido. Unânime.

Petição nº 2.575/DF, rel. Min. Cesar Asfor Rocha, em 7.12.2006.

PUBLICADOS NO DJ

AGRAVO REGIMENTAL NA AÇÃO RESCISÓRIA Nº 222/MG

RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS

EMENTA: Agravo regimental. Ação rescisória. Art. 22, I, j, do Código Eleitoral. Acórdão. Mérito. Análise. Ausência. Desconstituição. Inadmissibilidade. Cabimento. Tribunal Superior Eleitoral. Matéria. Inelegibilidade. Precedentes.

1. No âmbito da Justiça Eleitoral, a ação rescisória é cabível apenas nas decisões do Tribunal Superior Eleitoral que analisem o mérito de questões atinentes à inelegibilidade.

2. Nega-se provimento a agravo regimental que não afasta especificamente os fundamentos da decisão agravada.

Agravo regimental desprovido.

DJ de 1º.2.2007.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5.801/RS

RELATOR: MINISTRO CESARASFOR ROCHA

EMENTA: Agravo regimental. Agravo de instrumento. Negativa de seguimento. Razões do regimental. Reiteração de argumentos já rejeitados. Manutenção do *decisum*.

I – É ônus do agravante a impugnação específica dos fundamentos da decisão que nega seguimento ao agravo de instrumento, sob pena de não prosperar o agravo.

II – A mera reiteração das razões rejeitadas, constantes de recurso obstado, não se presta a desconstituir a negativa de seguimento ao agravo de instrumento. Precedentes.

DJ de 1º.2.2007.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 6.049/RS

RELATOR: MINISTRO CESARASFOR ROCHA

EMENTA: Agravo regimental. Eleição 2004. Agravo de instrumento. Má-formação. Ausência de peças. Negativa de seguimento (art. 36, § 6º, do RITSE). Fundamento não infirmado.

I – Determinada a intimação da decisão de inadmissibilidade do recurso especial por meio de carta, incumbe ao agravante, para a correta formação do instrumento, apresentar a cópia do termo de juntada do AR, ou requerer à Secretaria do Tribunal que proceda a sua extração, recolhendo o valor da peça que indicar (art. 3º, § 2º, da Res.-TSE nº 21.477/2003).

II – Não supre a ausência do instrumento de mandato, a assinatura do subscritor do agravo no recurso especial ou no recurso inominado.

III – Agravo regimental a que se nega provimento.

DJ de 1º.2.2007.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 6.948/MG

RELATOR: MINISTRO GERARDO GROSSI

EMENTA: Agravo regimental. Agravo de instrumento. Recurso especial. Eleições 2004. Rejeição de contas. Não-abertura de conta bancária específica. Violações a dispositivos legais e constitucionais. Ausência de prequestionamento. Dissídio. Não demonstrado. Fundamentos do despacho não infirmados. Agravo desprovido.

1. Para que o agravo obtenha êxito, é necessário que os fundamentos da decisão agravada sejam especificamente infirmados, sob pena de subsistirem suas conclusões.

2. A não-abertura de conta bancária específica, para a movimentação dos recursos financeiros da campanha, obstaculiza o efetivo controle dos gastos eleitorais. Não se faz distinção quanto à espécie dos recursos a serem arrecadados.

3. O prequestionamento pressupõe que a matéria veiculada nas razões recursais tenha sido objeto de debate e de decisão prévios pelo órgão colegiado. No caso de omissão, seja o Tribunal instado a manifestar-se por meio de embargos de declaração.

O *Informativo TSE*, elaborado pela Assessoria Especial da Presidência, contém resumos não oficiais de decisões do TSE ainda não publicadas e acórdãos já publicados no *Diário da Justiça*.

4. Ainda que a violação surja com o próprio acórdão, não se dispensam os declaratórios.

5. Agravo regimental conhecido, mas desprovido.

DJ de 1º.2.2007.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 7.119/PA

RELATOR: MINISTRO GERARDO GROSSI

EMENTA: Agravo regimental. Agravo de instrumento. Negativa de seguimento. Recurso especial. Representação. Propaganda eleitoral extemporânea. Propaganda eleitoral subliminar. *Outdoors*. Fotografia. Nome. Candidato. Mensagem. Aniversário natalício. Cores. Partido político. Circunstâncias. Caso concreto. Futura candidatura. Vice-prefeito. Ausência promoção pessoal. Alegações. Aplicação. Multa. Ofensa. Razoabilidade. Proporcionalidade. Falta de prequestionamento.

Violação ao art. 220 da Constituição Federal. Manifestação pensamento. Inocorrência. Fundamentos não infirmados. Reiteração. Argumentos. Recurso especial. Desproimento. – Nega-se provimento ao agravo regimental que não infirma os fundamentos da decisão agravada. Ausência de razões novas.

– Divulgação de vários *outdoors* pelo representado, destacando a sua imagem, acompanhada de mensagem de congratulações pelo transcurso do aniversário natalício e das linhas de sua ação política. Circunstâncias que, adicionadas ao fato de tratar-se de ano eleitoral, estão a indicar que se trata de propaganda eleitoral antecipada.

– É assente nesta Corte o entendimento de que “[...] I – As limitações impostas à veiculação de propaganda eleitoral não afetam o direito à informação e à livre manifestação do pensamento, constitucionalmente garantidos, até porque não estabelecem controle prévio sobre a matéria a ser veiculada [...]” (Ac. nº 19.466/AC, *DJ* de 1º.2.2002, rel. Min. Sálvio de Figueiredo; Ac. nº 21.656/PR, *DJ* de 15.10.2004, rel. Min. Peçanha Martins; e nº 21.298/CE, *DJ* de 21.11.2003, rel. Min. Fernando Neves).

– Agravo regimental desprovido.

DJ de 1º.2.2007.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 7.162/SP

RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS

EMENTA: Representação. Art. 41-A da Lei nº 9.504/97. Decisões. Instâncias ordinárias. Improcedência. Recurso especial. Agravo de instrumento. Alegações. Violação. Dispositivos legais. Prequestionamento. Ausência. Súmulas nºs 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal. Reexame de fatos e provas. Impossibilidade. Súmula nº 279 do Supremo Tribunal Federal.

1. Para afastar a conclusão da Corte Regional Eleitoral, que, no caso concreto, entendeu que as provas coligidas aos autos eram insuficientes para comprovar a captação ilícita de sufrágio, seria necessário o reexame de fatos e provas, o que não é possível em sede de recurso especial, a teor do disposto no Verbete nº 279 da súmula de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

2. A ausência de prequestionamento impede o conhecimento da matéria nesta instância especial (súmulas nºs 282 e 356 do STF).

Agravo regimental a que se nega provimento.

DJ de 1º.2.2007.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 7.243/MG

RELATOR: MINISTRO GERARDO GROSSI

EMENTA: Agravo regimental. Agravo de instrumento. Recurso especial. Conduta vedada a agente público. Abuso do poder. Não-comprovação. Fragilidade das provas. Reexame probatório. Inviabilidade.

– O asfaltamento de ruas e a realização de reunião com associação de bairro, promovidos pelo prefeito e vice-prefeito, às vésperas da eleição, não configuram as condutas vedadas descritas nos incisos I e II do art. 73 da Lei nº 9.504/97.

– Se a Corte Regional, soberana na análise da prova, concluiu pela ausência de finalidade eleitoreira dos atos, pela fragilidade e inconsistência dos depoimentos, e pela não-comprovação do uso promocional das condutas praticadas pelo agente público, não há como modificar tal entendimento, sem a análise do conjunto probatório, o que é vedado em sede de recurso especial.

– Agravo regimental a que se nega provimento.

DJ de 1º.2.2007.

***AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 26.183/MG**

RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS

EMENTA: Agravo regimental. Recurso especial. Representação. Propaganda partidária. Desvio. Propaganda eleitoral extemporânea. Deputado estadual. Legitimidade passiva. Exame. Feito. Competência. Tribunal Regional Eleitoral. Art. 36, §§ 6º e 7º, do Regimento Interno do Tribunal Superior Eleitoral. Recurso. Faculdade. Relator. Julgamento. Mérito. Violação legal e dissenso jurisprudencial. Não-caracterização. Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade. Súmula nº 279 do Supremo Tribunal Federal. Decisão agravada. Fundamentos não afastados.

1. É facultado ao relator apreciar, monocraticamente, os recursos que lhe são distribuídos, inclusive apreciando as questões de mérito neles suscitadas, nos termos do art. 36, §§ 6º e 7º, do Regimento Interno do Tribunal Superior Eleitoral.

2. O Tribunal Regional Eleitoral é competente para julgar representação proposta contra diretório regional e deputado estadual, em face de realização de propaganda eleitoral extemporânea, ainda que os representados façam alusão a pré-candidato a presidente.

3. O parlamentar que participa de programa partidário enaltecendo sua própria pessoa a fim de promover sua candidatura, é parte legítima para figurar no pólo passivo da representação.

4. A configuração da divergência jurisprudencial requer a realização do confronto analítico e a demonstração de similitude fática entre os julgados, não sendo suficiente a mera transcrição de ementas e a juntada de cópia do acórdão paradigma.

5. Para afastar a conclusão da Corte Regional Eleitoral, que, no caso em exame, entendeu configurado o desvirtuamento da propaganda partidária, para fins de propaganda eleitoral antecipada, seria necessário o reexame de fatos e provas, o que é vedado nesta instância especial, conforme teor do Verbete nº 279 da súmula de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Agravo regimental desprovido.

DJ de 1º.2.2007.

**No mesmo sentido o Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 26.203/MG, rel. Min. Caputo Bastos, em 5.12.2006.*

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 6.831/SP
RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS**

EMENTA: Embargos de declaração. Agravo regimental. Agravo de instrumento. Investigação judicial eleitoral. Arts. 73 e 77 da Lei nº 9.504/97 e 22 da Lei Complementar nº 64/90. Conduta vedada. Ausência. Preceito legal. Violação. Não-ocorrência. Reexame de fatos e provas. Impossibilidade. Prequestionamento. Não-demonstração. Omissão. Contradição. Inexistência. Rejulgamento da causa. Impossibilidade.

1. Para que seja configurado o prequestionamento de determinada matéria faz-se necessário seu efetivo exame pela Corte Regional Eleitoral.

2. Os embargos declaratórios não se prestam para o rejulgamento da causa, senão para afastar do julgado contradição, omissão ou obscuridade, o que não se verifica na espécie.

Embargos de declaração desprovidos.

DJ de 1º.2.2007.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 3.527/PA

RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS

EMENTA: Mandado de segurança. Agravo regimental. Embargos de declaração. Alegação. Violação. Art. 175, § 4º, do Código Eleitoral. Improcedência. Ofensa. Princípios. Legalidade, segurança jurídica e soberania. Não-configuração. Omissão, contradição e obscuridade. Ausência.

1. Os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, contradição ou obscuridade, não se prestando a rediscussão da causa.

Embargos desprovidos.

DJ de 1º.2.2007.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.652/SP

RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS

EMENTA: Embargos de declaração. Recurso especial. Agravo regimental. Ação de impugnação de mandato eletivo. Não-cabimento. Dúvida. Contradição. Omissão. Inexistência.

1. Não é cabível ação de impugnação de mandato eletivo com fundamento em abuso do poder político.

2. Rejeitam-se os embargos declaratórios quando ausente do julgado omissão ou contradição.

Embargos de declaração desprovidos.

DJ de 1º.2.2007.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.820/SP

RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS

EMENTA: Embargos de declaração. Recurso especial. Representação. Conduta vedada. Art. 73 da Lei nº 9.504/97. Prazo. Escoamento. Interesse de agir. Perda. Dúvida. Contradição. Omissão. Inexistência. Objetivo. Embargante. Rediscussão. Matéria. Descabimento.

1. A representação fundada na prática de conduta descrita no art. 73 da Lei das Eleições deverá ser ajuizada até a realização do pleito, sob pena de perda do interesse de agir do autor.

2. Os embargos declaratórios não se prestam para promover novo julgamento da causa.

Embargos rejeitados.

DJ de 1º.2.2007.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.982/SP

RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS

EMENTA: Embargos de declaração. Agravo regimental. Recurso especial. Ação de investigação judicial eleitoral. Improcedência. Decisão. Fundamento suficiente. Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade. Omissão. Inexistência. Objetivo. Embargante. Rediscussão. Matéria. Descabimento. 1. Desde que encontre fundamento suficiente, o julgado não está obrigado a discorrer, individualmente, sobre todos os argumentos consignados pelas partes, bastando analisar, ainda que de forma breve, o conjunto probatório como um todo.

2. Os embargos declaratórios não se prestam para promover novo julgamento da causa.

Embargos de declaração desprovidos.

DJ de 1º.2.2007.

HABEAS CORPUS Nº 512/SE

RELATOR: MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA

EMENTA: *Habeas corpus*. Requisitos. Concessão. Necessidade. Interpretação. Art. 594 do CPP em conjunto com o art. 312 do mesmo diploma legal.

A existência de inquéritos policiais em curso, bem como a pendência de ações penais, por si só, não obstaculiza a concessão da ordem para que possa o réu recorrer da sentença condenatória em liberdade, sob pena de se ofender o princípio constitucional da não-culpabilidade.

Ordem concedida.

DJ de 1º.2.2007.

HABEAS CORPUS Nº 545/SP

RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS

EMENTA: *Habeas corpus*. Trancamento. Ação penal. Art. 299 do Código Eleitoral. Alegação. Existência. Decisão. Improcedência. Ação de impugnação de mandato eletivo. Fatos idênticos. Não-descaracterização do delito. Inexistência. Óbice. Prosseguimento. Feito. Denúncia. Inépcia. Não-caracterização.

1. Conforme precedentes desta Corte, é competente o Tribunal Superior Eleitoral para apreciar *habeas corpus* contra ato de procurador regional eleitoral, por interpretação do art. 105, inciso I, alíneas *a* e *c*, da Constituição Federal, norma aplicada, por analogia, à Justiça Eleitoral, em face da simetria entre os órgãos do Poder Judiciário.

2. A improcedência de ação de impugnação de mandato eletivo não é circunstância apta a descaracterizar o delito previsto no art. 299 do Código Eleitoral nem obstar o prosseguimento de ação penal para apuração desse crime, ainda que esses processos se fundem nos mesmos fatos. Precedentes.

3. Não se afigura inepta denúncia em que são indicadas a exposição do fato tido como delituoso, com suas circunstâncias, a qualificação dos acusados, a classificação do crime e o rol de testemunhas, conforme previsão dos arts. 41 do Código de Processo Penal e 357, § 2º, do Código Eleitoral.

Denegação da ordem.

DJ de 1º.2.2007.

***REPRESENTAÇÃO Nº 1.341/DF**

RELATOR: MINISTRO CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO

EMENTA: Art. 37 da Lei nº 9.504/97. Representação ajuizada após a realização das eleições.

1. A representação por descumprimento da regra do art. 37 da Lei nº 9.504/97 deve ser proposta até a data da eleição a que se refira, sob pena de carência por falta de interesse processual.

2. Representação não conhecida.

DJ de 1º.2.2007.

**No mesmo sentido as representações nºs 1.343/DF a 1.346/DF e 1.348/DF, rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, em 30.11.2006.*

REPRESENTAÇÃO Nº 1.343/DF

RELATOR: MINISTRO CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO

EMENTA: Art. 37 da Lei nº 9.504/97. Representação ajuizada após a realização das eleições.

1. A representação por descumprimento da regra do art. 37 da Lei nº 9.504/97 deve ser proposta até a data da eleição a que se refira, sob pena de carência por falta de interesse processual.

2. Representação não conhecida.

DJ de 1º.2.2007.

REPRESENTAÇÃO Nº 1.344/DF

RELATOR: MINISTRO CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO

EMENTA: Art. 37 da Lei nº 9.504/97. Representação ajuizada após a realização das eleições.

1. A representação por descumprimento da regra do art. 37 da Lei nº 9.504/97 deve ser proposta até a data da eleição a que se refira, sob pena de carência por falta de interesse processual.

2. Representação não conhecida.

DJ de 1º.2.2007.

REPRESENTAÇÃO Nº 1.345/DF

RELATOR: MINISTRO CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO

EMENTA: Art. 37 da Lei nº 9.504/97. Representação ajuizada após a realização das eleições.

1. A representação por descumprimento da regra do art. 37 da Lei nº 9.504/97 deve ser proposta até a data da eleição a que se refira, sob pena de carência por falta de interesse processual.

2. Representação não conhecida.

DJ de 1º.2.2007.

REPRESENTAÇÃO Nº 1.346/DF

RELATOR: MINISTRO CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO

EMENTA: Art. 36 da Lei nº 9.504/97. Representação ajuizada após a realização das eleições.

1. A representação por descumprimento da regra do art. 36 da Lei nº 9.504/97 deve ser proposta até a data da eleição a que se refira, sob pena de carência por falta de interesse processual.

2. Representação não conhecida.

DJ de 1º.2.2007.

REPRESENTAÇÃO Nº 1.348/DF

RELATOR: MINISTRO CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO

EMENTA: Art. 37 da Lei nº 9.504/97. Representação ajuizada após a realização das eleições.

1. A representação por descumprimento da regra do art. 37 da Lei nº 9.504/97 deve ser proposta até a data da eleição a que se refira, sob pena de carência por falta de interesse processual.

2. Representação não conhecida.

DJ de 1º.2.2007.

PUBLICADOS EM SESSÃO

RESOLUÇÃO Nº 22.499, DE 13.12.2006

PETIÇÃO Nº 2.594/DF

RELATOR: MINISTRO GERARDO GROSSI

EMENTA: Eleições 2006. Prestação de contas. Campanha. Comitê financeiro do Partido dos Trabalhadores. Concessionária ou permissionária de serviço público. Vedação. Doação irregular. Contas rejeitadas.

1. Sociedade não concessionária ou permissionária de serviço público, que participe do capital de sociedade legalmente constituída e que seja concessionária ou permissionária de serviço público, não está abrangida, só por isto, pela vedação constante do art. 24, III, da Lei nº 9.504/97.

2. Empresa que, comprovadamente, atua como aduaneira – ainda que sem contrato formal – há de ser tida como concessionária ou permissionária de serviço que compete à União (CF, art. 21, XII, f). Como tal, não pode doar recursos para campanha eleitoral.

3. É lícito o comitê financeiro, excepcionalmente, arrecadar recursos depois da eleição (Res.-TSE nº 22.250/2006, art. 19, § 1º). Não só para pagamento de suas dívidas como, também, para o pagamento de dívidas do comitê de seu candidato.

4. Divergências de pouca importância, na movimentação bancária e na alimentação de dados do SPCE, não permitem a desaprovação de contas, havendo de ser relevadas como erros materiais.

5. Contas rejeitadas.

Publicada na sessão de 13.12.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.500, DE 13.12.2006

PETIÇÃO Nº 2.595/DF

RELATOR: MINISTRO GERARDO GROSSI

EMENTA: Eleições 2006. Prestação de contas. Campanha. Comitê do candidato. Aprovação. Fonte vedada. Erro material. Dívida de campanha. Novação (art. 360 do Código Civil). Assunção de dívida. Possibilidade. Precedente.

1. Sociedade não concessionária ou permissionária de serviço público, que participa de capital de outra sociedade, legalmente constituída e que seja concessionária ou permissionária de serviço público, não está abrangida, só por isto, pela vedação constante do art. 24, III, da Lei nº 9.504/97.

2. Verificado, em parecer técnico, erro material, de grande monta, na relação de notas fiscais emitidas por empresas que forneceram bens a comitê de candidato em campanha eleitoral, não se pode afirmar ter havido falta grave na prestação de contas.

3. É permitida a novação, com assunção liberatória de dívidas de campanha, por partido político desde que a documentação comprobatória de tal dívida seja consistente.

4. Feita a assunção liberatória de dívida, o partido político, ao prestar suas contas anuais, deverá comprovar a origem dos recursos utilizados no pagamento da dívida, recursos que estarão sujeitos às mesmas restrições impostas aos recursos de campanha eleitoral.

5. Contas aprovadas.

Publicada na sessão de 13.12.2006.

DESTAQUE

***RESOLUÇÃO Nº 22.134, DE 19.12.2005**

PETIÇÃO Nº 1.642/AM

RELATOR ORIGINÁRIO: MINISTRO CAPUTO BASTOS

REDATOR DESIGNADO: MINISTRO MARCO AURÉLIO

Câmara dos Deputados. Cadeiras por unidade da Federação.

A fixação do número de cadeiras na Câmara dos Deputados, consideradas as unidades da Federação, há de decorrer de censo realizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) definindo, com segurança, a população.

Resolvem os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por maioria, vencido o ministro relator, indeferir o pedido, nos termos do voto do Ministro Marco Aurélio.

Sala de Sessões do Tribunal Superior Eleitoral.

Brasília, 19 de dezembro de 2005.

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO CAPUTO BASTOS: Senhor Presidente, trata-se de expediente encaminhado pela Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, no qual se requer (fl. 15):

“(…)

40. Das razões fáticas e jurídicas acima expostas, requer a Vossa Excelência que por ocasião da fixação do número de deputados federais a ser realizada no presente ano, por esse egrégio Tribunal, que sejam feitos os ajustes necessários, com base na Lei Complementar nº 78/93 e sem a aplicação da norma prevista no § 2º do art. 4º do ADCT, posto que a norma proveniente de tal dispositivo, por ser transitória e de eficácia contida, perdeu sua eficácia com o advento da LC nº 78/93.

“(…)”.

O eminente Ministro Gilmar Mendes, relator originário, solicitou a audiência da douta Procuradoria-Geral Eleitoral, que, por sua vez, opinou (fls. 79-83):

“(…)”

A questão aventada é pertinente.

O Tribunal Superior Eleitoral, desde o advento da Constituição Federal de 1988, vêm adotando como critério para a fixação do número de deputados federais, estaduais e distritais de cada unidade da Federação o disposto nos arts. 27, *caput*; 32, § 3º; 45, *caput* e § 1º da Constituição Federal e 4º, § 2º, do ADCT.

Contudo, à exceção da elevação do número de deputados federais em Amapá e Roraima, de quatro para oito – já que deixaram de ser territórios federais e passaram à condição de estados federados, nos termos do art. 14, *caput*, do ADCT e da Res.-TSE nº 16.336/90 – e do aumento da bancada de São Paulo, que passou de 60 a 70 deputados federais, a partir da entrada em vigor da LC nº 78/93, a representação das unidades da Federação na Câmara dos Deputados, entre 1986 e 2002, permaneceu a mesma, a despeito das transformações demográficas verificadas no período.

Uma das razões para a manutenção do número de deputados por unidade da Federação foi a interpretação dada por esta egrégia Corte Superior ao art. 4º, § 2º, do ADCT, em consonância com entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, e em face da LC nº 78/93, o que restou consubstanciado no voto do Ministro Diniz de Andrada, relator da Instrução nº 14.235, de 12 de abril de 1994, aqui transcrito:

‘A elevação do número de cadeiras consagradas no texto complementar circunscreveu-se a uma dezena. E determinou-se ali que o estado mais populoso passaria a contar com setenta deputados. Ora, é sabido que a referência compete a São Paulo, que possui, no momento, sessenta representantes.

Por outro lado, preocupou-se o legislador em garantir um mínimo de oito parlamentares por membro da Federação, indiferente aos parâmetros de proporcionalidade.

Quanto aos estados cuja representação já superava tal índice, é de ver-se que a composição de suas bancadas não pode sofrer redução, a teor do § 2º do art. 4º do ato das disposições constitucionais transitórias, para a primeira legislatura seguinte à edição da lei complementar.

Ao apreciar o Mandado de Injunção nº 233, entendeu a Corte Suprema que tal dispositivo não se endereçava apenas àquela legislatura em cuja vigência se deu a edição da norma. Na verdade, o número então existente, e que é o atual, passou a ser o mínimo, podendo ser feitos cálculos proporcionais depois de respeitado tal limite.

Dentro dessa ordem de considerações, salvo a referente ao Estado de São Paulo, é de ser mantida a quantidade de deputados em relação às demais unidades federativas.

Daí, decorre que, por força dos arts. 27, caput, 32, § 3º, e 45, caput e § 1º, todos da Constituição, ficou preservado o atual número de representantes nas diversas assembleias legislativas estaduais e na Câmara Legislativa do Distrito Federal, exceção feita ao Estado de São Paulo, cuja Assembléia Legislativa passa a integrar-se de noventa e quatro parlamentares’.

O eminente Ministro Moreira Alves, relator do Mandado de Injunção nº 233-9/DF supramencionado, concluíra, na ocasião do julgamento, realizado em 2 de agosto de 1990:

‘Com efeito, ao contrário do que sustentam os impetrantes, esse preceito admite outras interpretações que não a de que a irredutibilidade da representação atual dos estados e do Distrito Federal seria necessariamente apenas nesta legislatura em curso, de onde resultaria que a lei complementar de fixação inicial exigida pelo § 1º do art. 45 da Constituição não se destinaria à determinação dos números para a primeira legislatura após a promulgação da Constituição, mas, sim, à modificação da atual composição da Câmara dos Deputados. Essa interpretação restritiva, para o efeito de mudar o sentido que

naturalmente resulta do § 1º do art. 45, reduziria o preceito transitório a uma redundância inexplicável (proibir a cassação legal de deputados que já estariam protegidos dela pelo princípio constitucional do respeito ao direito adquirido pela lei nova), o que só seria admissível se não houvesse outra interpretação mais plausível. E, no caso, há. De feito, o preceito transitório, ao aludir à irredutibilidade da atual representação dos estados e do Distrito Federal, torna sem dúvida alguma, irredutível o número atual dos representantes dessas unidades federativas, mas não limita essa irredutibilidade à presente legislatura, nada impedindo – o que, aliás, resulta da interpretação sistemática, levando-se em conta o disposto no § 1º do art. 45 – que essa irredutibilidade seja um limite transitório para a fixação inicial, pela lei complementar, dessas representações, a fim de que não sofram diminuição em virtude da nova proporcionalidade. Nesse sentido, aliás, foi a interpretação que dão a esse § 2º do art. 4º do ADCT os projetos de lei complementar que ora tramitam na Câmara dos Deputados, e o substitutivo apresentado pela comissão de constituição desse órgão do Poder Legislativo’.

A consequência lógica de tal entendimento, levando-se em conta o art. 1º, *caput*, da LC nº 78/93, que estabeleceu em 513 o número máximo de deputados federais, é o engessamento da representação dos estados na Câmara dos Deputados. A irredutibilidade do número de membros das bancadas existentes em 1986, nos termos do art. 4º, § 2º, do ADCT, não permite seja verdadeiramente adotado o critério da proporcionalidade previsto no art. 45, § 1º, da Constituição Federal e na LC nº 78/93. Isso porque não há margem para a realização de cálculos proporcionais se respeitado esse limite.

O resultado da aplicação do § 2º do art. 4º do ADCT pode ser observado na comparação entre a Res.-TSE nº 16.336/90 e a Instrução nº 14.235/94. Ao indicarem a estatística populacional de cada estado federado, permitiram constatar a alteração demográfica ocorrida no quadriênio, quando o Estado do Pará ultrapassou o do Maranhão em número de habitantes, permanecendo, contudo, com uma cadeira a menos do que o vizinho no Parlamento.

As resoluções-TSE nº 20.060/97 e nº 20.986/2002, que fixaram o número de membros das câmaras dos deputados e das assembleias e câmaras legislativas para as eleições de 1998 e 2002, respectivamente, não chegaram a registrar o fator populacional, circunstância que não afasta a conclusão de que as modificações acima descritas continuaram se operando, tanto que agora são objeto do pleito da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Pois bem, procedidas as alterações relativas aos estados de São Paulo, Amapá e Roraima, e respeitado o teto de 513 deputados federais, bem como o limite mínimo de oito deputados por estado e o máximo de 70 para o mais populoso, a disposição contida no parágrafo único do art. 1º da LC nº 78/93, que prevê o cálculo da representação dos estados e do Distrito Federal pelo Tribunal Superior Eleitoral, fica desprovida de sentido, já que a representação dos estados e do Distrito Federal, de fato, não pode ser alterada.

Observe-se, ainda, que, com a eventual criação de territórios federais, os quais deverão ser representados

por quatro deputados, nos termos do § 2º do art. 45 da Constituição Federal c.c. parágrafo único do art. 2º da LC nº 78/93, tornar-se-á patente a incongruência ora exposta, o que exigirá ou a alteração da lei complementar, com o aumento do número total de deputados federais desta República Federativa, ou o abandono do critério prevalecente da irredutibilidade previsto no § 2º do art. 4º do ADCT.

Considerando-se que o ADCT, por ter a mesma natureza jurídica das normas constitucionais, pode trazer exceções às regras previstas no corpo, sendo também alterável pelo procedimento do art. 60 da Constituição Federal, e sendo latente a antinomia existente entre o preceito da irredutibilidade do art. 4º, § 2º, do ADCT e o preceito da proporcionalidade contido no art. 45, § 1º, da Constituição Federal, calcado na população, fator esse dinâmico, a solução do conflito, em princípio, requer uma mutação interpretativa.

Nesse aspecto, a mutação constitucional deveria incidir sobre a norma do § 2º do art. 4º do ADCT. Seja porque a menção à ‘irredutibilidade da atual representação dos estados e do Distrito Federal na Câmara dos Deputados’ pode ter sim explicitado precaução ‘redundante’ do constituinte originário, apenas no sentido de proteger a legislatura então em curso; seja porque, de outro modo, não há como dar aplicabilidade ao disposto no § 1º do art. 45 da Constituição Federal, integrado pela LC nº 78/93, no que tange à proporcionalidade da representação conforme a população de cada unidade da Federação.

Por conseguinte, em havendo redefinição do número de deputados federais por unidade da Federação, necessária seria a adequação da composição das assembleias e câmaras legislativas, nos termos dos arts. 27 e 32, § 3º, da Constituição Federal.

Ante o exposto, opina-se por nova apreciação da matéria pelo Plenário desta Corte”. (Grifo nosso.)

Em razão do r. despacho de fl. 85, do eminente Ministro Gilmar Mendes, os autos foram a mim redistribuídos (fl. 88), tendo sido recebidos no gabinete no dia 7.12.2005.

A fim de obter as informações necessárias ao cumprimento do § 1º do art. 45 da Constituição Federal, solicitei à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos termos do art. 1º da Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993, que informasse oficialmente os dados referentes à atualização estatística demográfica das unidades da Federação, no ano de 2005, para que este Tribunal pudesse dar consecução ao mencionado preceito constitucional.

Por meio do Ofício-GPR nº 21, de 16.12.2005, a ilustre chefe de gabinete do presidente da referida fundação prestou informações.

Instada a se manifestar sobre as estimativas elaboradas pela Coordenação de População e Indicadores Sociais (Copis), da Diretoria de Pesquisas do IBGE (DPE), a Assessoria Especial da Presidência apresentou os cálculos para composição das representações dos estados e do Distrito Federal, na Câmara dos Deputados, que importam no quadro de modificações (anexo) na atual composição das bancadas.

É o relatório.

VOTO (VENCIDO)

O SENHOR MINISTRO CAPUTO BASTOS (relator): Senhor Presidente, a par de ressaltar a importância do tema, colho, no

voto proferido pelo eminente Ministro Célio Borja, nos autos do Mandado de Injunção nº 233, publicado no *DJ* de 8.2.91, p. 742 e no *Ementário*, v. 1.607-1, p. 25, a seguinte advertência:

“(…)

De outra parte, a Constituição foi sábia porque tornou expresso um princípio de moralidade pública que é o de fixar, antes da eleição, o número de cadeiras a preencher; isto, evidentemente, não precisaria estar escrito em parte alguma. Da boa tradição ética da vida pública, em qualquer país civilizado, deduz-se que o número de cadeiras a serem disputadas numa eleição fixa-se antes da mesma. As vagas que venham a ocorrer no curso da legislatura preenchem-se por suplentes. Não se criam vagas, vagas ocorrem, surgem da representação já fixada; foi isso que o constituinte fez, quando disse, nesse mesmo § 1º do art. 45: ‘no ano anterior às eleições’. Tanto a lei complementar que fixa o número de representantes por estado quanto às leis que vierem a estabelecer os ajustes necessários em razão da fixação de um novo *numerus clausus* para o total de representação.

(…)”. (Grifo nosso.)

Esclareço, inicialmente, que, ao dispor “sobre o número de membros da Câmara dos Deputados e da Câmara e assembleias legislativas para as eleições de 2002”, a Instrução nº 53, aprovada em 21.2.2002, publicada no *DJ* de 19.3.2002 e republicada no mesmo órgão oficial em 11.4.2002, não procedeu a nenhum *ajuste* para a legislatura que se iniciou em 2003, não me parecendo oportuno perquirir as razões por que não se deu consequência ao art. 45 da Constituição Federal.

No ponto, aliás, consignou o douto parecer do ilustre vice-procurador-geral eleitoral, *verbis* (fls. 79-80):

“(…)

O Tribunal Superior Eleitoral, desde o advento da Constituição Federal de 1988, vêm adotando como critério para a fixação do número de deputados federais, estaduais e distritais de cada unidade da Federação o disposto nos arts. 27, *caput*; 32, § 3º; 45, *caput* e § 1º da Constituição Federal e 4º, § 2º, do ADCT.

Contudo, à exceção da elevação do número de deputados federais em Amapá e Roraima, de quatro para oito – já que deixaram de ser territórios federais e passaram à condição de estados federados, nos termos do art. 14, *caput*, do ADCT e da Res.-TSE nº 16.336/90 – e do aumento da bancada de São Paulo, que passou de 60 a 70 deputados federais, a partir da entrada em vigor da LC nº 78/93, a representação das unidades da Federação na Câmara dos Deputados, entre 1986 e 2002, permaneceu a mesma, a despeito das transformações demográficas verificadas no período.

(…)”.

Após estudar o pleito da ilustrada Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, estou convencido de que o Tribunal não pode se omitir na consecução dos *ajustes necessários* que importam no estrito cumprimento do preceito constitucional e, principalmente, para fiel observância do binômio população-representação, no que tange à distribuição de cadeiras na Câmara dos Deputados e/ou assembleias legislativas dos estados e Câmara Legislativa do Distrito Federal.

É fato que a matéria, conforme assinalou a ilustrada Procuradoria-Geral Eleitoral, não sofreu alteração nas últimas eleições (1990, 1994, 1998 e 2002) e não se ultrapassou o número de 513 deputados federais, nos termos da Lei Complementar nº 78/93.

Todavia, a norma constitucional é mandatória: “procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições”, com a garantia de que nenhuma unidade federativa tenha menos que oito representantes e que o estado mais populoso seja representado por setenta deputados federais (art. 45, § 1º, da CF e arts. 2º e 3º da LC nº 78/93).

Demais disso, é convir que a norma do § 2º do art. 4º do ato das disposições constitucionais transitórias teve sua aplicação restrita às eleições que se seguiram imediatamente à promulgação da Constituição Federal, conforme, aliás, bem consignou o eminente Ministro Moreira Alves na ocasião do julgamento do Mandado de Injunção nº 233/DF:

“(…) De feito, o preceito transitório, ao aludir à irredutibilidade da atual representação dos estados e do Distrito Federal, torna, sem dúvida alguma, irredutível o número atual dos representantes dessas unidades federativas, mas não limita essa irredutibilidade à presente legislatura, nada impedindo – o que, aliás, resulta da interpretação sistemática, levando-se em conta o disposto no § 1º do art. 45 – que essa irredutibilidade seja um limite transitório para a fixação inicial, pela lei complementar, dessas representações, a fim de que não sofram diminuição em virtude da nova proporcionalidade. Nesse sentido, aliás, foi a interpretação que dão a esse § 2º do art. 4º do ADCT os projetos de lei complementar que ora tramitam na Câmara dos Deputados, e o substitutivo apresentado pela comissão de constituição desse órgão do Poder Legislativo.

(…)”.

No mesmo julgamento, ponderou o eminente Ministro Marco Aurélio quando assinalou que “S. Exa. vislumbrou bem o conteúdo do art. 45, quanto à época do reajuste a ser feito. Esse preceito encerra a determinação do tempo desse reajuste para as eleições subseqüentes”.

Assim não fosse, e pudesse a referida norma vigor *ad eternum*, limitando a aplicação do § 1º do art. 45 da Constituição Federal, teríamos uma norma transitória de efeito permanente e uma norma permanente de aplicação limitada por uma transitória, o que, a par de ser um completo disparate, revelando completa insensatez, não merece maiores considerações.

Por essas razões, Sr. Presidente, Srs. Ministros, voto no sentido de sugerir ao Tribunal que proceda aos ajustes necessários para definição da representação dos estados e do Distrito Federal na Câmara dos Deputados, em estrita observância ao binômio população-representação e cumprimento ao § 1º do art. 45 da Constituição Federal.

Tabela I – Comparação do número de vagas para deputado federal – Eleições 2006 e 2002

Estados	População (Dados 1º.7.2005 – IBGE)	Vagas 2006	Vagas 2002	Varição Vagas
AC	659.865	8	8	-
AL	3.015.912	9	9	-
AM	3.242.201	10	8	2
AP	594.587	8	8	-
BA	13.815.334	39	39	-
CE	8.097.276	23	22	1
DF	2.333.108	8	8	-
ES	3.408.365	10	10	-
GO	5.619.917	16	17	-1
MA	6.103.327	17	18	-1
MG	19.237.450	54	53	1
MS	2.264.468	8	8	-
MT	2.803.274	8	8	-
PA	6.970.586	20	17	3
PB	3.595.886	11	12	-1
PE	8.413.593	24	25	-1
PI	3.006.885	9	10	-1
PR	10.261.856	29	30	-1
RJ	15.383.407	43	46	-3
RN	3.003.087	9	8	1
RO	1.534.594	8	8	-
RR	391.317	8	8	-
RS	10.845.087	31	31	-
SC	5.866.568	17	16	1
SE	1.967.791	8	8	-
SP	40.442.795	70	70	-
TO	1.305.728	8	8	-
TOTAL	184.184.264	513	513	-

- Número de vagas – Estado – Aumento de vagas em 2006
- Número de vagas – Estado – Diminuição de vagas em 2006

Tabela II – Cálculo do número de vagas para deputado federal – Eleições 2006

UF	População (Dados 2005 IBGE)	População/Quociente populacional	Arredond. (pop/quoc)	Vagas CF	Resto	Sobras	Vagas 2006	Vagas 2002	Estados	Varição Vagas	Assembleias Legislativas
AC	659.965	1.23739	1	8	-	-	8	8	AC	-	24
AL	3.015.912	3.400074	8	8	143.640	1	9	9	AL	-	27
AM	3.242.201	9.030345	9	9	10.895	1	10	8	AM	2	30
AP	594.587	1.856074	1	8	-	-	8	8	AP	-	24
BA	13.816.334	36.47919	38	38	172.042	1	39	39	BA	-	63
CE	6.097.276	22.55296	22	22	198.528	1	23	22	CE	1	47
DF	2.333.108	6.498293	6	8	-	-	8	8	DF	-	24
ES	3.408.385	9.493154	9	9	177.059	1	10	10	ES	-	30
GO	6.619.917	15.65298	15	15	224.407	1	16	17	GO	-1	40
MA	6.103.327	16.9993	16	16	368.783	1	17	18	MA	-1	41
MG	19.237.450	53.58114	53	53	208.648	1	54	53	MG	1	78
MS	2.284.468	6.307113	6	8	-	-	8	8	MS	-	24
MT	2.903.274	7.207823	7	8	-	-	8	8	MT	-	24
PA	6.970.598	19.41484	19	19	148.940	1	20	17	PA	3	44
PB	3.595.896	10.01545	10	10	5.546	1	11	12	PB	-1	33
PE	8.413.593	23.43397	23	23	155.811	1	24	25	PE	-1	48
PI	3.006.895	8.274621	8	8	124.513	1	9	10	PI	-1	27
PR	10.261.856	26.58195	26	26	208.904	1	28	30	PR	-1	53
RJ	16.383.407	42.84866	42	42	303.979	1	43	46	RJ	-3	67
RN	3.003.087	8.364353	8	8	130.815	1	9	8	RN	1	27
RO	1.534.594	4.27423	4	8	-	-	8	8	RO	-	24
RR	391.317	1.089916	1	8	-	-	8	8	RR	-	24
RS	10.845.087	30.2063	30	30	74.067	1	31	31	RS	-	55
SC	5.896.988	16.33987	16	16	122.024	1	17	16	SC	1	41
SE	1.987.791	5.49073	5	8	-	-	8	8	SE	-	24
SP	40.442.795	112.6434	112	70	-	-	70	70	SP	-	94
TO	1.305.728	3.636781	3	8	-	-	8	8	TO	-	24
Total	184.184.264	509.3827	500	496	-	17	513	513			1061

Observações:

- Dados populacionais do IBGE: “População residente estimada”, em 1º de julho de 2005.
- Quociente populacional = Total da população dividido pelo total de vagas na Câmara Federal = 169.799.170/513 = 359.033,653
- Quociente populacional arredondado = 359.034 (critério de arredondamento adotado similar ao adotado na Res. nº 21.608, art. 21, § 3º – “será sempre desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, nos demais casos”.)
- Número de vagas – Estado – Aumento de vagas em 2006
- Número de vagas – Estado – Diminuição de vagas em 2006

Explicação da tabela II – Cálculo do número de vagas para deputado federal – Eleições 2006

A população do Brasil, em 1º de julho de 2005, oficialmente informada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é de 184.184.264 habitantes. O número de vagas a serem preenchidas na Câmara dos Deputados proporcionalmente à população brasileira é de 513.

O quociente populacional foi calculado pela divisão da população total pelo número total de vagas, ou seja, $184.184.264/513 = 359.033,653$.

O quociente populacional arredondado é igual a 359.034, pois a fração 0,653 foi arredondada para 1, por ser superior a 0,5.

Em seguida, a população de cada unidade da Federação foi dividida pelo quociente populacional já arredondado (359.034), para verificação do quantitativo correspondente a cada uma delas.

Foram feitas as correções determinadas pelo § 1º do art. 45 da Constituição Federal, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tivesse menos de oito ou mais de setenta deputados. São Paulo, alcançado pelo teto estabelecido pela Constituição, teve as suas 112 vagas reduzidas a 70. As unidades da Federação: Acre, Amapá, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins tiveram seu número de vagas elevado para o mínimo constitucional de 8 vagas.

Assim, das 27 unidades da Federação, 10 sofreram correções, restando 17 estados em condições de receber as sobras, que equivalem a 17 vagas não preenchidas ($513 - 496 = 17$).

Como são 17 estados aptos a receber as 17 vagas restantes, distribuiu-se uma para cada um, alcançando-se o número final de deputados federais para cada unidade da Federação.

Fixado o número de deputados federais, os deputados estaduais foram calculados segundo o critério constante do art. 27 da Constituição Federal: “O número de deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os deputados federais acima de doze”.

VOTO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO: Senhor Presidente, compreendo a preocupação do Ministro Caputo Bastos e que motivou a vinda dessa matéria à bancada. Mas temos, e ressalto que esse aspecto não consubstancia óbice intransponível, algo de delicadeza maior. De delicadeza maior, porque, pela lei complementar, não pode haver a ultrapassagem das atuais 513 cadeiras existentes na Câmara dos Deputados. Ora, se se cogita de uma modificação, considerada a população para a observância desse número, o acréscimo em certas unidades da Federação resultará em diminuição nas outras. Daí a necessidade de marchar-se com absoluta segurança em termos de dados. A lei complementar vincula a fixação das cadeiras, por unidade da Federação, na Câmara dos Deputados, à população do estado, a qual, conforme o art. 1º, será fornecida a partir de censo, de forma concreta e segura, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Não se conta com esses dados concretos, porquanto a fundação partiu de estimativa, e creio ser pouco para respaldar alteração de tal monta, a repercutir, repito, nos estados brasileiros, ocorrendo a diminuição de cadeiras, por exemplo, quanto ao Estado de Goiás, do Maranhão, da Paraíba, de Pernambuco, do Piauí, do Paraná e do Rio de Janeiro de forma mais acentuada, 3 (três) cadeiras, com o conseqüente aumento em relação ao Estado do Amazonas, 2 (duas) cadeiras; do Ceará, 1 (uma) cadeira; de Minas Gerais, 1 (uma) cadeira; do Pará, 3 (três) cadeiras; do Rio Grande do Norte, 1 (uma) cadeira e de Santa Catarina, 1 (uma) cadeira. Cabe realmente ao Tribunal Superior Eleitoral, como está no parágrafo único do art. 1º da Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993, a fixação considerada a população, a repercutir, tendo em conta o disposto no art. 27 da Lei Fundamental, nas assembleias legislativas. Mas é preciso caminhar-se com um cuidado maior em termos de dados a serem fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A demonstrar isso está o fato de até aqui não se haver implementado essa adaptação, e, para tanto, a meu ver, a simples estimativa não é suficiente. Peço vênica, para entender, na esteira do pronunciamento da Procuradoria-Geral Eleitoral, que não estamos diante de matéria passível de exame imediato e informo que recebi os elementos na residência, para apreciação, no fim de semana, ao término do ano Judiciário. Portanto, voto no sentido de, no caso, indeferir, ante a inexistência de elementos concretos originários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre a população dos estados, o pleito formulado pelo Estado do Amazonas, mantido o quadro atual de deputados federais.

DJ de 17.5.2006.

**No mesmo sentido a Res. nº 22.135, rel. Min. Caputo Bastos, redator designado Min. Marco Aurélio, em 19.12.2005.*